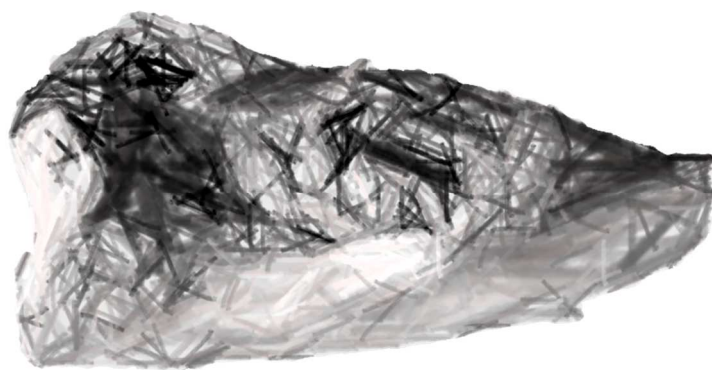


SCIENTIA ANTIQUITATIS



Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Dezembro de 2019

Volume: 2/ 2019

Capa: Fragmento de mandíbula da Anta da Casa da Moura (©Daniela Anselmo)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Celeiro Epac

A Paisagem Industrial de Évora

Inês RIBEIRO³

António DINIZ⁴

Resumo

O presente estudo tem como foco apresentar parte do Património Industrial integrante da Paisagem Alentejana, nomeadamente, na região de Évora.

Deste modo, focamo-nos nos Celeiros da EPAC, parte da história industrial eborense e alentejana, que marcam a paisagem visual tanto da cidade como da própria natureza. Esta paisagem, nasceu das medidas tomadas no Estado Novo, conectadas com a Campanha do Trigo, iniciada em 1929, e com antecedentes ainda no século XIX.

Procurámos então fazer uma introdução à indústria cerealífera eborense, uma contextualização histórico-económica e uma valorização do espaço dos Celeiros.

Palavras-chave: Alentejo, Celeiros, Estado Novo; Indústria Cerealífera; Património Industrial.

Abstract

The present study focuses on presenting part of the Industrial Heritage that is part of the Alentejo Landscape, namely in the Évora region.

In this way, we focus on the EPAC granaries, part of the industrial history of Ebor and Alentejo, which mark the visual landscape of both the city and nature itself. This landscape was born of the measures

³ arqueologia2113@gmail.com

⁴ a.lacerda.dinizmail@gmail.com

taken in the Estado Novo, connected with the Wheat Campaign, begun in 1929, and with antecedents still in the 19th century.

We tried to make an introduction to the eborensis cereal industry, a historical-economic contextualization and a valuation of the barn space.

Key-Words: Alentejo, Barns, Cereal Industry, Estado Novo, Industrial Heritage.

" O Alentejo é o Celeiro de Portugal"
João Alves Vieira (2016:005)

Introdução

O Alentejo é caracterizado pela sua vasta paisagem natural, uma paisagem revestida de tons amarelos e dourados, que refletem a própria vida da população. Contrapondo com esta paisagem, vemos erguidos os famosos Celeiros da EPAC. Dos quais, a maior parte, atualmente se encontra ao abandono.

De forma a compreendermos esta paisagem, é necessário recuarmos até 1929 e 1973. Época em que a região alentejana se transformou um dos principais locais de implantação destes celeiros. E ao contrário do que se pensa, este tipo de construção espalhou-se um pouco por toda a Europa, nomeadamente, Espanha; Itália, França, mas também chegando a países como Estados Unidos da América, Canadá e União Soviética.

Sabemos assim, que desde o século XIX, extensas áreas foram transformadas em zonas agrícolas, às quais se associaram paisagens industriais, nas quais vemos o nascimento destes celeiros. Este processo de industrialização não abandonou por completo as formas

ancestrais de agricultura do trigo, porém dada à sua dimensão, levou-se à criação dos celeiros industriais.

O Alentejo é assim um dos expoentes máximos deste processo de especialização. É o território onde estes elementos permanecem como símbolo das intensas atividades agrícolas que caracterizavam esta região como uma região de produção cerealífera. Estes edifícios são considerados como grandes ícones de modernização, visto que, eram, exemplos práticos do conceito introduzido pela arquitetura modernista, isto é, o funcionalismo, no qual se relacionava intrinsecamente a forma e função.

Assumimos assim que os celeiros se constituem como modelos que se impõe num território, em detrimento da sua articulação com a paisagem.

Deste modo, o nosso principal objetivo é compreender a importância destes Celeiros na região de Évora, bem como criar um projeto de valorização deste tipo de património e deste espaço tão característico da paisagem Alentejana.

Face ao que foi dito, podemos afirmar que a escolha deste tema se ficou a dever ao impacto visual que os Celeiros da EPAC têm na paisagem de Évora, e devido à importância social e económica que estes Celeiros tiveram na região e em todo o País, marcando grandiosamente a memória das gentes da terra.

1. Estado da Arte e Metodologia de Investigação

O presente trabalho revelou-se um verdadeiro desafio, a começar pela procura de bibliografia. Tendo sido consultados arquivos históricos, como o Arquivo Histórico de Évora, a Direção Regional do Património do Alentejo; as Bibliotecas da Universidade de Évora bem como a da Câmara Municipal de Évora. Contudo, estas buscas

desvelaram-se verdadeiros vazios de investigação de um tema que julgámos, à partida, tão óbvio e repleto de estudos.

Deste modo, recorreremos a bibliografia mais antiga, sobretudo, focada na economia e política da época, tratando-se de bibliografia dos anos 80 e 90, nomeadamente Alfredo Marques, com o seu trabalho “Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)” de 1988.

De forma a compreendermos a realidade dos Celeiros EPAC no Alentejo, sobretudo na região de Évora, tivemos por base o trabalho realizado por João Alves Vieira, no âmbito da sua dissertação de mestrado em Arquitetura, realizada em 2016 na Universidade de Évora, intitulada “Arquiteturas do Trigo: Espaços de Silagem do Alentejo, do século XIX à atualidade”, sendo este trabalho, sem dúvida a bibliografia mais recente encontrada.

Recorreremos ainda aos depoimentos de antigos e atuais funcionários dos Celeiros EPAC, que se tornaram testemunhos fundamentais para a realização deste estudo.

Admitimos, assim, que o mundo dos Celeiros Cerealíferos é um verdadeiro mundo a descobrir dentro do Património Industrial e da própria Arqueologia Industrial, revelando-se um tema pouco abordado e estudado.

2. Contextualização histórica

O desenvolvimento da Agricultura, por parte do Estado Novo em Portugal, decorreu entre 1930 e 1970, com as políticas económicas focadas no desenvolvimento do setor primário, ou seja, na produção.

A preocupação com este setor surgiu da necessidade e carência alimentar, que se registavam pelo menos desde a 1ª República. Nesta altura tentou-se então incentivar a produção de trigo e outros cereais, apresentando-se duas soluções:

⌘ Primeiro, a criação de subsídios estatais concedidos aos produtores;

⌘ E, em segundo, o surgimento de políticas de crédito à produção.

Relativamente ao trigo, foi uma preocupação manifestada ao longo da história portuguesa, desde a Idade Média até aos dias de hoje inclusive, referindo a esse propósito Alfredo Marques que “O problema agrário nacional arrasta-se, assim, desde a própria fundação da nacionalidade” (MARQUES, 1988: 71). Com a revolução de 1820 instaura-se, pela primeira vez, uma política de proteção nacional à produção cerealífera, política que só se altera pelas políticas livre-cambistas de 1854, alterando-se novamente em 1888, sendo esta que prevalece até 1914. (Idem, Ibidem)

A partir de 1914 surgem múltiplas crises político-sociais que acabaram por afetar as políticas protecionistas em vigor. O pão era parte da alimentação base dos portugueses e, até Salazar reconhece a importância e o carácter fundamental que este alimento tinha na “dieta” portuguesa na altura, tanto que durante a 1ª Guerra Mundial o que assolou a população não fora a guerra, mas sim a fome. (Idem, Ibidem: 72)

Esta discrepância, prolongada, leva à adoção do que se nomeou de “Pão Político”, uma medida de emergência para a diminuição do custo do pão, através da importação da matéria-prima pelo Estado, e a sua revenda a preços mais baixos às indústrias transformadores. (Idem, ibidem)

Contudo, o trigo não era o cereal mais consumido em Portugal, sendo esse lugar ocupado pelo milho, no entanto era o que detinha o maior défice graças aos níveis de escassez da produção nacional. (Idem, ibidem)

A questão do trigo ganhou assim destaque a partir de 1929, com o lançamento pela ditadura militar da campanha do trigo, terminando com a política do “Pão Político”. O principal objetivo da campanha era

expandir a produção deste cereal, porém algo de inesperado acontece e, a produção de trigo tornou-se excessiva para a população. Com este panorama de fundo, acendeu-se uma enorme problemática entre os produtores de trigo e os industriais moageiros, nos quais os primeiros se queixavam da profunda baixa do preço do cereal, juntando a agravante de que os moageiros não compravam a totalidade da produção (AMARAL, 1996: 468). Por seu turno, os moageiros queixam-se da sua incapacidade para comprarem uma produção excessiva para a produção de farinha, bem como da falta de condições dos moinhos existentes (Idem, ibidem).

É neste contexto que nasce a Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT), em 1932. Embora criada pelo Estado, a FNPT era uma organização de cariz corporativo uma vez que era composta pelos celeiros concelhios de produtores de trigo. A FNPT federava, também, os celeiros de forma a armazenar os produtos. Para isto dever-se-ia proceder à instalação de silos, celeiros ou armazéns, conhecidos como os celeiros nacionais. (Idem, ibidem:470)

Em 1939, começava a Segunda Guerra Mundial e com ela inaugurar-se-ia uma fase completamente diferente da política cerealífera do Estado Novo. Inúmeras foram as dificuldades sentidas pela economia, em geral, e pela agricultura, em particular, durante este período. No que toca à cultura cerealífera, os problemas existiam a vários níveis. Primeiro, na importação de adubos, que ou encareceram extraordinariamente ou, pura e simplesmente, desapareceram do mercado mundial; depois, na de matérias-primas, máquinas e combustível para o fabrico dos adubos nacionais, sujeita às mesmas dificuldades; enfim, na importação do próprio trigo exótico, que, quando a produção nacional deixou de ser suficiente para o consumo, também conheceu sérias restrições. (Idem, ibidem: 473)

Face a estas dificuldades a política do regime consistiu em evitar que existisse um aumento no preço do pão. Assim, o preço do trigo

pago à produção foi sempre mantido ao longo da guerra abaixo dos seus custos. (Idem, ibidem)

Já durante a guerra, a FNPT vira serem-lhe atribuídas outras funções; para além da compra e produção em exclusivo do trigo à escala nacional foi-lhe ainda atribuída também a produção de milho e de centeio. (Idem, ibidem:479)

É só a partir de 1947 que o governo estabelece o mercado livre, passando a oferecer um preço de garantia aos produtores de milho e centeio, a quem quisesse entrega-lo à FNPT. Nesta altura, foi também atribuída a função de adquirir a totalidade da produção de cevada e a sua distribuição pelos fabricantes de cerveja. Desta forma, a FNPT sofreu, a partir da década de 50 um notável crescimento não só económico, como também físico e burocrático, difundindo-se a outras regiões do país, para além do Alentejo. (Idem, ibidem: 479)

A FNPT acabou-se por se transformar em algo totalmente diferente daquilo que seria inicialmente. O seu âmbito de ação passou a ser a produção cerealífera nacional e a sua difusão chegava a todo o país, as suas infraestruturas cresceram de forma exponencial, atingindo uma dimensão impressionante. (Idem, ibidem: 481)

Esta situação conduz à criação do Instituto dos Cereais (IC) mas, após dois anos da sua fundação, deu-se o golpe de Estado do 25 de abril de 1974. A IC não se transformou em empresa pública durante o Estado Novo, mas sim pouco depois do 25 de Abril. Mantem – se as suas atribuições alterando-se somente o estatuto. (Idem, ibidem: 484)

Admitimos, assim que é impossível perceber a criação da EPAC sem conhecer a história dos seus antecessores, a FNPT e o IC.

3. A História da EPAC

*“O Alentejo foi a região
que melhor respondeu aos estímulos propiciados
pela legislação protecionista, datando desta altura*

*a consumação da especialização produtiva em
trigo"*

Jaime Reis, 1979: 42

A Empresa para Agroalimentação e Cereais (EPAC), antiga Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, fundada em 1976, substitui a anterior Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT), fundada em 1932, durante o Estado Novo. (AMARAL,1996:467)

Como anteriormente mencionado, em 1974 surgiu o Instituto dos Cereais (IC) que se transforma em empresa pública. Dois anos mais tarde surge a EPAC, organismo que tinha como principal objetivo garantir o fornecimento de cereais e sementes, defendendo a produção nacional, as exigências de consumo e a economia do País. É no decurso deste período que se verificaram grandes investimentos em estruturas de armazenagem e uma evolução crescente do consumo de cereais no país, registando-se de igual modo, uma crescente evolução do preço do trigo, proporcionando uma determinada estabilidade económica até à adesão do país à CEE, em 1985. (VIEIRA, 2016:063)

Admitimos assim que o nascimento da EPAC surgiu para fazer face à extinção da FNPT e IC, fazendo cair por terra o atual pensamento generalizado, de que os celeiros existentes foram construídos pela EPAC. Assumimos, deste modo, que o verdadeiro responsável pela construção destes organismos foi a antiga FNPT. (Idem, ibidem:064)

Avançando um pouco mais na história da EPAC, e chegados ao ano de 1991, vê-se a transformação da EPAC em sociedade anónima de capitais públicos, adquirindo o nome de Empresa para Agroalimentação e Cereais S.A. Esta nova companhia, com nova administração, acabou por deixar morrer esta empresa, levando à sua extinção em 1999. (Idem, ibidem: 064)

Nos últimos anos o comércio cerealífero acabou por sofrer uma enorme transformação. Verificamos que atualmente e face às conjunturas políticas e económicas impostas pela UE, Portugal tem vindo a limitar-se à política importadora, conseguindo obter os cereais

a um preço inferior, deixando de se verificar qualquer intenção de fomento à produção nacional, o que levou ao abandono de vários celeiros edificados no interior do País, sobretudo, na região alentejana. (Idem, ibidem)

Assim, a partir de 2002, os celeiros que desde 1999 pertenciam à Direção Geral de Tesouro, passaram a estar sobre a responsabilidade do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola. De momento, com o objetivo de criar centros de armazenagem para uma melhor gestão da produção, parte dos silos foram concedidos a produtores e corporativas, sem custos de aluguer, tendo estas apenas o dever de suportar os custos de manutenção e financiar, e se necessário, obras de recuperação. Contudo, atualmente muitos destes celeiros estão desapropriados da sua função, registando-se situações de abandono, como o Celeiro da EPAC de Pavia. (Idem, ibidem)

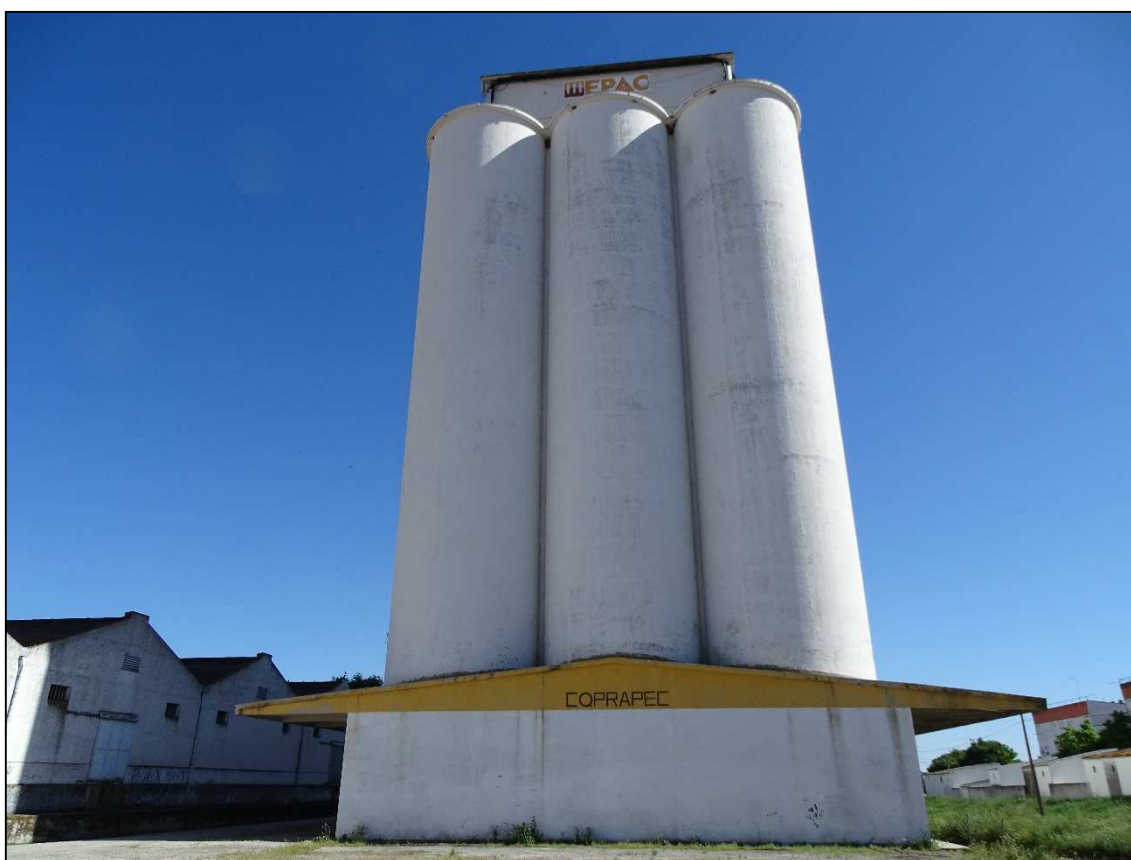


Figura 1 – Celeiro da EPAC de Évora. ©Inês Ribeiro e António Diniz.

3.1. O Celeiro EPAC - Évora



Figura 2 e 3 – Localização de Évora e do Celeiro EPAC na cidade de Évora

Entramos assim no tema que nos traz à elaboração deste breve trabalho. O Celeiro EPAC de Évora.

O Celeiro EPAC foi construído em antigos terrenos baldios e inaugurado pelo secretário do Estado do Comércio, Valentim Xavier Pintado, em 1971. Este Celeiro foi implantado junto à linha ferroviária de Évora, correspondendo ao sistema de implantação típico destes Celeiros. Esteve em funcionamento até 1991 altura em que é fechado; voltou a ser ativado a partir dos anos 2000, com a instalação de uma nova empresa, também conectada ao mundo da Agroalimentação-COPRAPEC (Cooperativa Agrícola de Compra e Venda Montemor-o-Novo, CrI)⁵.

Na realidade, esta cooperativa foi fundada em meados do séc. XX (1954), com a denominação de “Cooperativa de Ovinicultores de Montemor-o-Novo”. O principal objetivo da sua criação era o aproveitamento, valorização e venda dos produtos provenientes da

⁵ Comunicação Pessoal

exploração ovina dos seus associados, bem como contribuir pelos meios adequados, para o fomento técnico e económico dos rebanhos. Em 1978, alterou a sua denominação e os seus objetivos. Atualmente a sua atividade foca-se na comercialização e serviços, sendo, atualmente uma das maiores cooperativas do país⁶.

4. Estruturas Adjacentes ao Celeiro Eborense da EPAC

Em Évora, os Celeiros tinham toda uma estrutura industrial adjacente, focada na indústria agrária. Poderíamos encontrar nesta zona da cidade o que seria o “Parque Industrial” da época, onde, para além dos Silos, se localizava também i) a Fábrica de Seleção de Sementes – onde hoje se encontra sediado o edifício da Guarda Nacional Republicana (GNR) – ii) o antigo edifício da FNPT, parte abandonada atualmente e que era o local de congregação dos vários celeiros concelhios, bem como de armazenamento e decisão dos modos de armazenagem, iii) a linha de caminho-de-ferro e respetiva estação, iv) os armazéns paralelos aos silos – que serviriam, juntamente com as balanças, para a distribuição dos cereais via transporte terrestre (vagões e camiões) – v) toda a maquinaria associada a estes espaços industriais, vocacionados à armazenagem e processamento dos cereais.

Apesar de não se localizar neste espaço, mas relacionado com o património industrial agrário (e consumidor dos cereais) podemos referir a Fábrica das Farinhas Leões, que teria quer a fábrica em si, quer um edifício de silos também. A linha de caminho-de-ferro também passava junto a esta fábrica das farinhas e todas as suas estruturas associadas.

⁶ Coprapec entidade. Disponível em: <http://www.coprapec.pt/index.php> , acedido a 2 de maio de 2019.



Figura 4 – Posto de Calibragem da EPAC. © Inês Ribeiro e António Diniz

4.1. Estado atual das infraestruturas

Como referimos anteriormente, o Celeiro da EPAC, possuía várias estruturas adjacentes algumas das quais ainda se encontram em funcionamento, outras estão inativas/ abandonadas, com muita sujidade e janelas partidas. Alguns animais, principalmente aves, fazem de muitas partes dos andares, sua casa. Há, contudo, um elemento que caracteriza o espaço, mesmo sendo parte desse dito abandono: um pó muito característico dos cereais, que cobre o chão dos andares, e principalmente nos andares superiores do edifício.

Relativamente aos restantes componentes do núcleo, a Fábrica de Seleção de Sementes encontra-se com uma das alas parcialmente ao abandono. O restante edifício é ocupado pela Guarda Nacional Republicana (GNR) com a sua divisão de cavalaria, e outra parte serve como arquivo.

A linha ferroviária e a estação foram requalificadas para transporte terrestre de passageiros a longa distância, tendo sido encerrada e desmantelada a linha férrea que ligava os Celeiros à Fabrica das Farinhas Leões e aos restantes Celeiros do Alentejo Central. O antigo edifício da FNPT (Federação Nacional de Produtores de Trigo) encontra-se completamente ao abandono, em processo de ruína como é possível conferir pelas imagens apresentadas.

A Fábrica de Farinhas Leões foi readaptada como polo da Universidade de Évora destinado à Escola das Artes, mantendo-se ainda a zona da fábrica (que está em mau estado de conservação), bem como a parte dos silos. No entanto, estas obras de readaptação do espaço ao ensino universitário acabaram por descontextualizar este espaço devido à construção de uma plataforma em betão e metal.



Figura 5 – Antigo Edifício da FNPT. © Inês Ribeiro e António Diniz

4.2. Sistemas de Implantação e Estruturas Funcionais dos Celeiros da EPAC

Em termos gerais, os grandes celeiros em betão, mandados construir em Portugal pela FNPT e posteriormente pela EPAC, encontram-se, quase todos, juntos de linhas férreas ou de cursos de água. São de grande dimensão e muito mais complexos que os celeiros rurais, servindo não só para armazenarem o cereal, como também podem classificar, limpar e proceder facilmente à venda do produto (VIEIRA, 2016:025-026).

Os celeiros são formados por oito estruturas no seu total:

- ⌘ A Zona de Receção do Cereal;
- ⌘ Os Tegões: elementos localizados no exterior do celeiro identificados por uma abertura no pavimento, por onde entra o cereal;
- ⌘ A Radler: mecanismo que permite a ligação e o transporte do cereal, dos tegões à nora, que se encontra na zona de elevação de cereal;
- ⌘ A Zona de Elevação: local no qual o cereal é movido através das noras até à cabeça do silo;
- ⌘ A Headhouse: espaço que se encontra à cota mais elevada, no qual o cereal chegado da nora é direccionado para o espaço de distribuição;
- ⌘ A Zona de Distribuição: através dos radlers desloca o cereal de forma horizontal ao longo das celas, permitindo direccionar o cereal para a cela pretendida;
- ⌘ A Zona de Armazenamento: corresponde aos espaços cilíndricos;
- ⌘ A Zona de Extração: piso térreo, na qual o teto é constituído por um conjunto de funis.

Os Celeiros tinham vários andares internos (o número de andares dependente da altura dos silos)⁷ os quais se encontravam equipados

⁷ No caso do Celeiro de Évora contamos com oito pisos

com maquinaria relacionadas com a estrutura funcional apresentada, e um elevador apto ao transporte dos funcionários (Idem, Ibidem).

No último andar encontramos uma grande sala com acesso ao terraço do edifício e saídas para a parte superior dos silos.

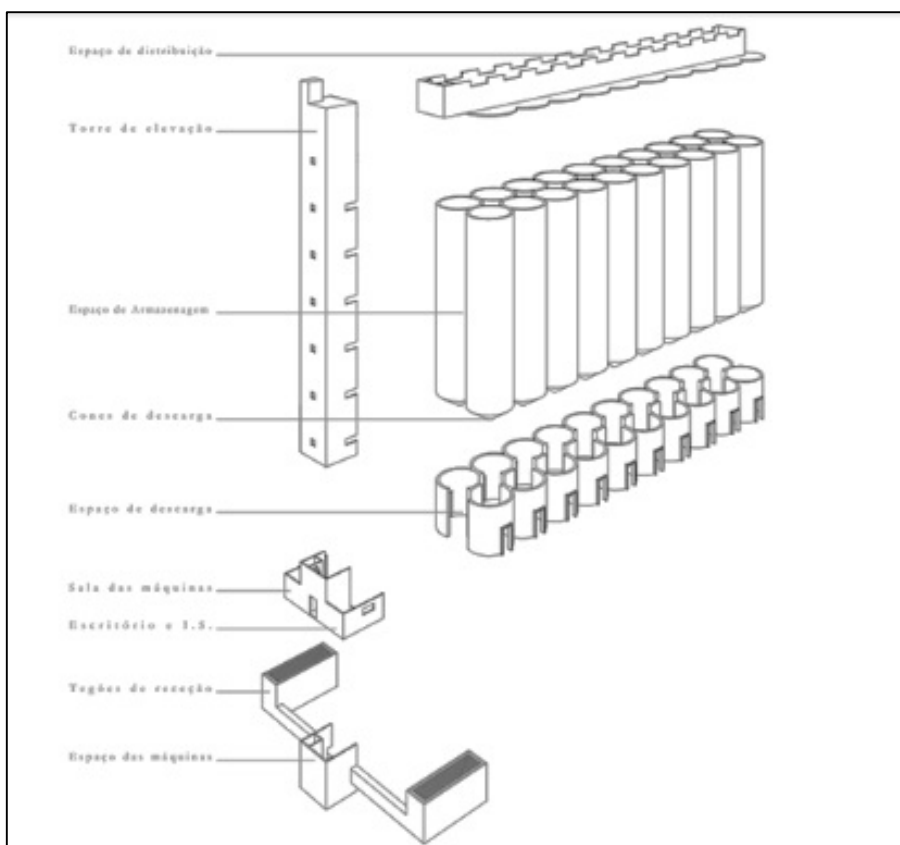


Figura 6 – Representação das estruturas dos Celeiros. Fonte: Vieira, 2016:26

5. Proposta de Valorização

Ao iniciarmos este trabalho era nosso objetivo compreender estes espaços industriais no sentido de podermos equacionar propostas para a sua reabilitação, valorização e fruição cultural. Poderíamos criar várias propostas de valorização e reutilização do espaço se este estivesse ao abandono, mas tendo em consideração que, na realidade, os antigos silos da EPAC em Évora se encontra ainda em funcionamento

(ainda que de forma parcial) podemos referir propostas com ambas as hipóteses.

Uma primeira hipótese, caso se encontrasse completamente abandonado, poderia ser a sua utilização para funções residenciais: cada andar tem espaço suficiente para possibilitar a existência de espaços habitacionais mínimos uma vez que existe acesso a todos os andares do edifício. A zona do rés-do-chão poderia ser adaptada a área comunitária, com várias divisões de diferentes funcionalidades, pois trata-se de um espaço bastante amplo. Contudo esta proposta fica aquém e a desejar, pois seria necessária uma reabilitação do espaço, de forma a ser apto à habitação, tornando-se essencial a criação de novas paredes que serviriam de divisórias e, eventualmente, à extração da maquinaria para o máximo aproveitamento da área existente, o que não seria respeitador do que se estabeleceu na Carta de Nizhny Tagil.

Assim, decidimos optar por uma abordagem mais respeitadora da natureza funcional do espaço. Surgem então três propostas concebíveis e que não alterariam a funcionalidade e a morfologia original do espaço.

A primeira baseia-se na criação de um roteiro entre as várias estruturas da EPAC, principalmente no Alentejo Central. Observando um mapa da dispersão destes Celeiros na região, podemos observar que apesar de Évora ter um carácter central e um imponente património industrial, outras vilas e aldeias também têm este tipo de património, associado à indústria agrária, como é o caso de Mora (cuja estação ferroviária foi readaptada para o que é hoje o Museu do Megalitismo) e Pavia, entre outros. A proposta de valorização seria então criar um roteiro que ligasse todos estes Celeiros e vestígios de património industrial associados, não só como forma de impulsionar a valorização este tipo de património, mas também como forma de incentivar a estima pela paisagem que o rodeia: uma Rota dos Celeiros da EPAC pela Paisagem Alentejana que poderia, eventualmente, vir a

ser realizada através de uma ciclovia que utilizaria as linhas de caminho-de-ferro desativadas. Contudo, ao acedermos ao trabalho do Arq. João Vieira percebemos que esta proposta já fora, em parte, apresentada por ele.

Face a esta situação, optámos por outra forma também de roteiro, mas com um fundo mais local: criar uma rota no que seria a antiga zona industrial da cidade de Évora. Ou seja, com este estudo concluímos que adjacente ao Celeiro existia todo um complexo de edificado industrial, quer o mencionado (como a linha e estação de caminho de ferro, os armazéns ainda em uso, a reocupada Fábrica de Seleção de Sementes), bem como outros não referidos (como a antiga central de energia eborense, o núcleo pecuário, entre outros). A rota seria então composta por toda uma sinalização associada aos locais, sinalização explicativa apelativa, para que os visitantes ou os transeuntes mais distraídos pudessem ter uma pequena noção do que seria a zona industrial de Évora entre os séculos XIX e XX. Esta rota poderia ser idealizada em percursos pedonais, de ciclismo e de automóvel.

Por último, pensámos na readaptação do espaço, a qual não teria de implicar o fim da sua atividade atual, mas tornando-se apta à circulação de visitantes dentro do edifício dos Celeiros da EPAC. Com isto surgiram-nos duas propostas distintas, mas com uma base idêntica.

Uma seria a musealização do espaço, onde os andares tratariam da história da EPAC, com uma contextualização histórica do edifício em si, memórias de trabalhadores e da própria população geral sobre o trabalho na EPAC, a sua Construção, etc. Esta componente poderia ser realizada com recurso a filmes, fotografias, recriações, painéis explicativos, entre outros. No oitavo andar, aproveitando o fato de se tratar de um espaço mais amplo, criava-se um ateliê, local onde os artistas eborenses tivessem espaço para criar e exprimir livremente a

sua arte, e onde o público do museu pudesse observar e mesmo participar, em atividades por eles promovidas.

A outra opção em mente era criar da mesma forma um museu, mas cada andar seria dedicado a um período histórico mas, conotado à agricultura: começaria na pré-história no primeiro andar e acabaria no oitavo andar, com a história da EPAC. O rés-do-chão mantinha a sua funcionalidade, bem como a maquinaria existente em todo o edifício eu seria mantida no seu lugar, e o último andar, para além de ser explicativo da época Contemporânea, seria um espaço dedicado ao futuro da agricultura, onde novas empresas poderiam apresentar as suas propostas, como novos tipos de regadio, novas tecnologias na agricultura, novas espécies de cultivo, ideias inovadores para o controlo florestal, contra a desflorestação e incêndios, contra a desertificação dos solos, etc, etc. Seria então um espaço de ligação entre o passado (todo o desenvolvimento da agricultura até aos dias de hoje), o presente (a história da atividade agrícola nos últimos séculos) e o futuro (onde novos investigadores expunham e debatiam soluções sustentáveis à vida e à economia).

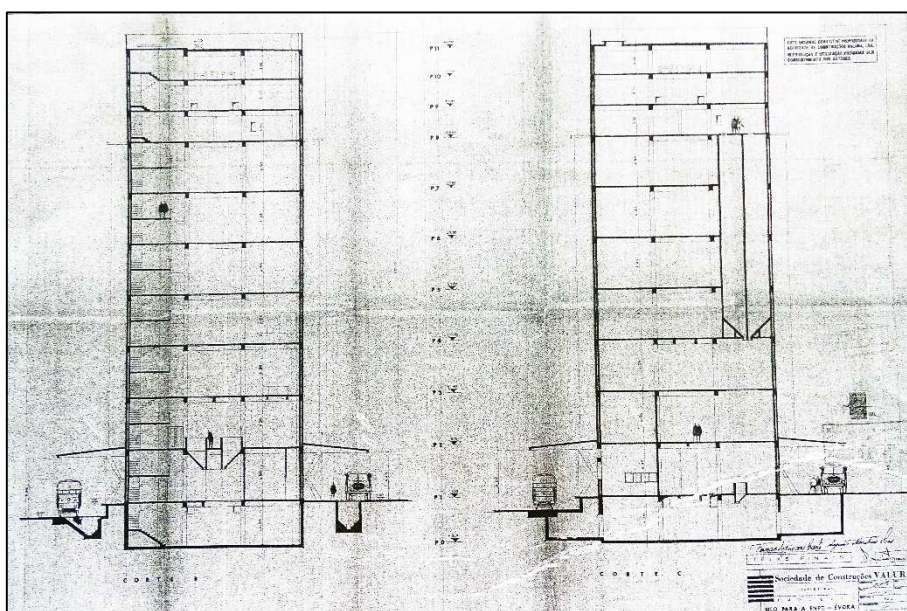


Figura 7 - Planta dos Pisos do Celeiro EPAC de Évora. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora

Estas propostas de valorização têm em conta o facto de os andares da Torre de Elevação terem medidas superiores às de outros Celeiros da EPAC, nomeadamente o da Fábrica de Farinhas Leões, ou até mesmo o de Reguengos de Monsaraz – medidas que, contudo, não nos foram facultadas, mas que foi possível de evidenciar.

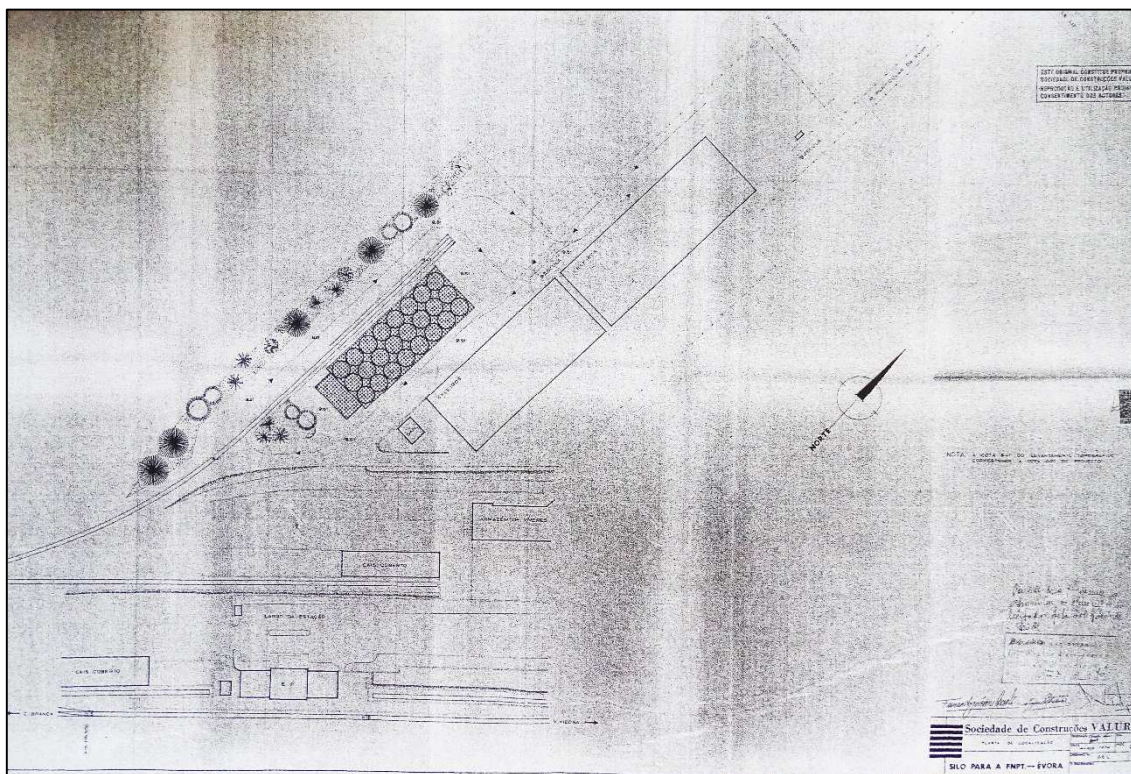


Figura 8 - Planta do Celeiro EPAC de Évora. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora

6. Considerações Finais

A questão do trigo sempre teve forte importância na História de Portugal, desde a Idade Média, passando pelo século XIX com diversas reformas e com especial impulso entre os anos de 1930 e 1970 – Ditadura.

Um dos expoentes máximos desta reforma agrícola é o Alentejo com a constante presença da cultura do trigo a marcar a sua paisagem. Esta região teve fortes transformações a partir do século XIX, passando

pelas alterações realizadas no decurso do século XX, com as reformas agrícolas introduzidas pela ditadura nacional e, mesmo agora, nas últimas décadas, estamos a assistir a novas alterações desta vez introduzidas pela criação do grande lago, que é o Alqueva. No âmbito deste estudo podemos perceber que a um dos ícones associados a estas transformações é a construção dos Celeiros da FNPT, que depois de diversas mudanças levaram ao nascimento da EPAC.

O Celeiro EPAC de Évora que abordámos ao longo deste trabalho é exemplo desta fase que se pode considerar de esplendor da nossa cultura cerealífera. Celeiro fundado em 1971, junto à linha ferroviária de Évora, que marca fortemente a paisagem industrial de Évora. Celeiro que se enquadra na antiga zona industrial eborense, rodeado por antigos edifícios que formavam este complexo industrial e que serviam de apoio a toda a indústria cerealífera de Évora.

Um dos principais objetivos deste resumido ensaio, era criar propostas de valorização deste importante monumento industrial. Tentámos, então, ponderar formas de valorização do espaço, que visassem a manutenção, a preservação da memória do mesmo e da época em que foi erguido. Ponderámos, então, formas mais invasivas e formas que respeitassem os termos da Carta Nizhny Tagil. Ainda, de maneira a compreendermos a totalidade do Celeiro apresentámos imagens atuais bem como imagens da época cedidas pelos dois únicos funcionários que ainda se encontram no Celeiro de Évora. Podemos, então, prestar um agradecimento a ambos, e a todos os outros que, ao longo de décadas, trabalharam nestes espaços. Sem eles não teria sido possível realizar este breve estudo.

Bibliografia

AMARAL, L. (1996) - Política e economia: O Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC. *Análise Social*. Vol. 31, pp. 465-486.

MARQUES, A. (1988) - *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*. Lisboa: Estúdios Horizonte.

VIEIRA, J.A. (2016) - *Arquiteturas do Trigo: Espaços de Silagem do Alentejo, do século XIX à atualidade*. Évora: Universidade de Évora, Tese de Mestrado policopiada.

REIS, J. (1979) - A "Lei da Fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914) ". *Análise Social*. Vol.15, pp. 745-793.

Web Grafia

- ⌘ COPRAPEC, Entidade. Disponível em: <http://www.coprapec.pt/index.php> , acedido a 2 de maio de 2019;
- ⌘ EPAC, História. Disponível em: <https://epac-comercial.webnode.pt/historia/> , acedido a 2 de 2019.

Imagens

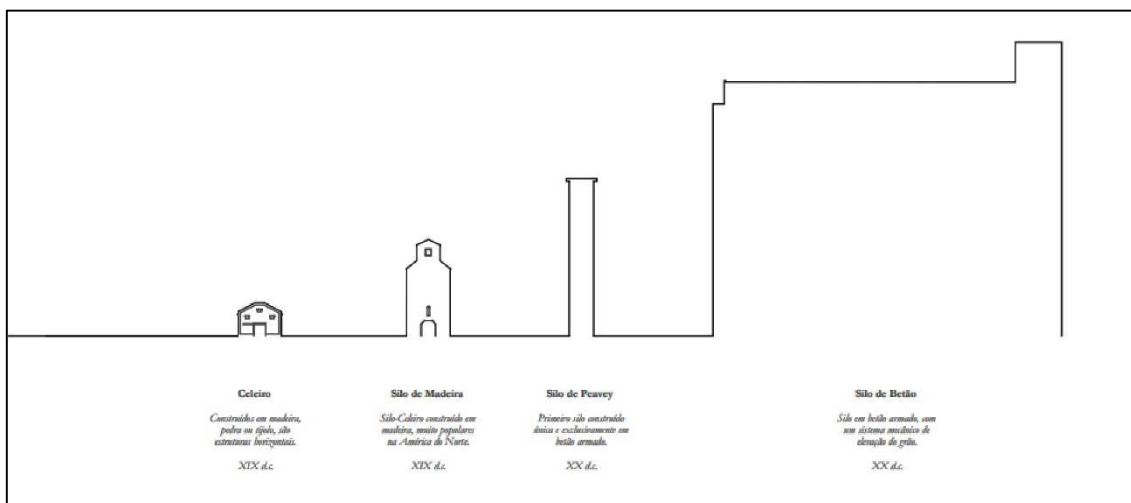


Figura 9 - Evolução volumétrica dos Celeiros desde século XIX.

Fonte: VIEIRA,2016: 018



Figura 10 - Balança. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz

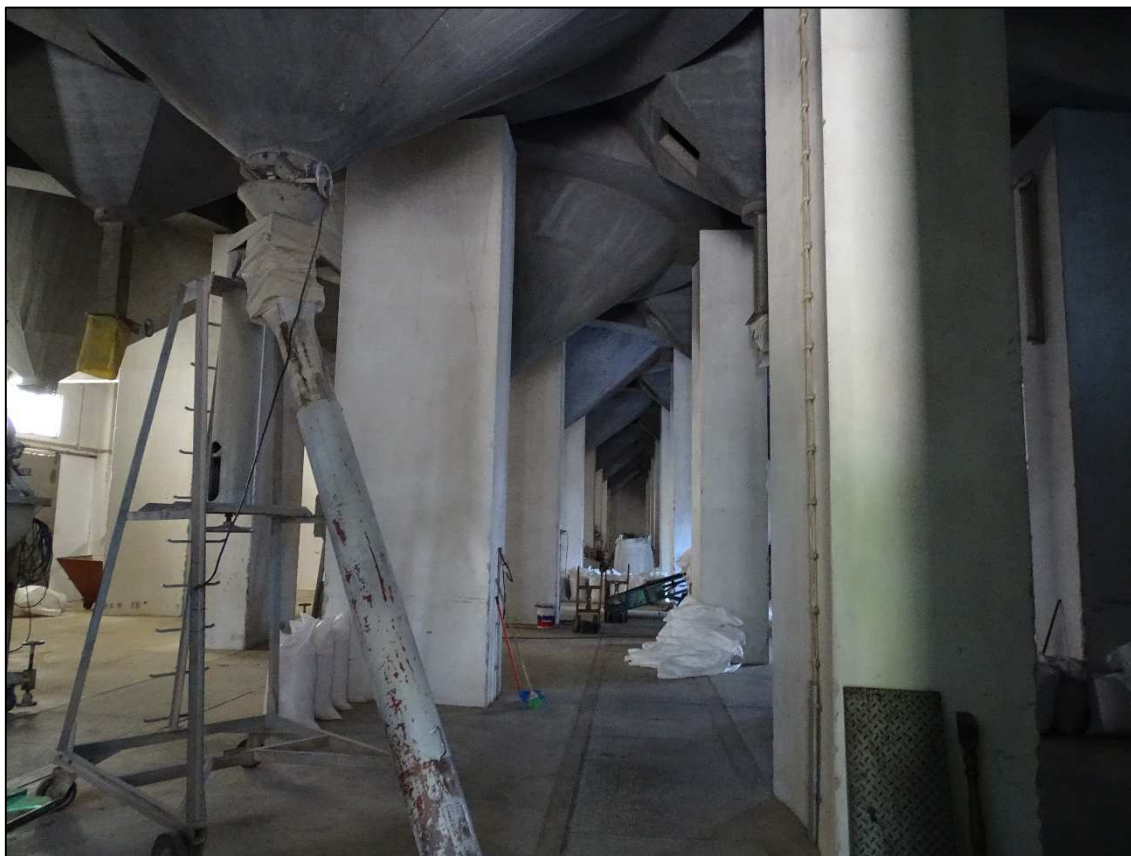


Figura 11 - Maquinaria de um dos Pisos. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz



Figura 12 - Último Piso do Celeiro PEAC de Évora. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz

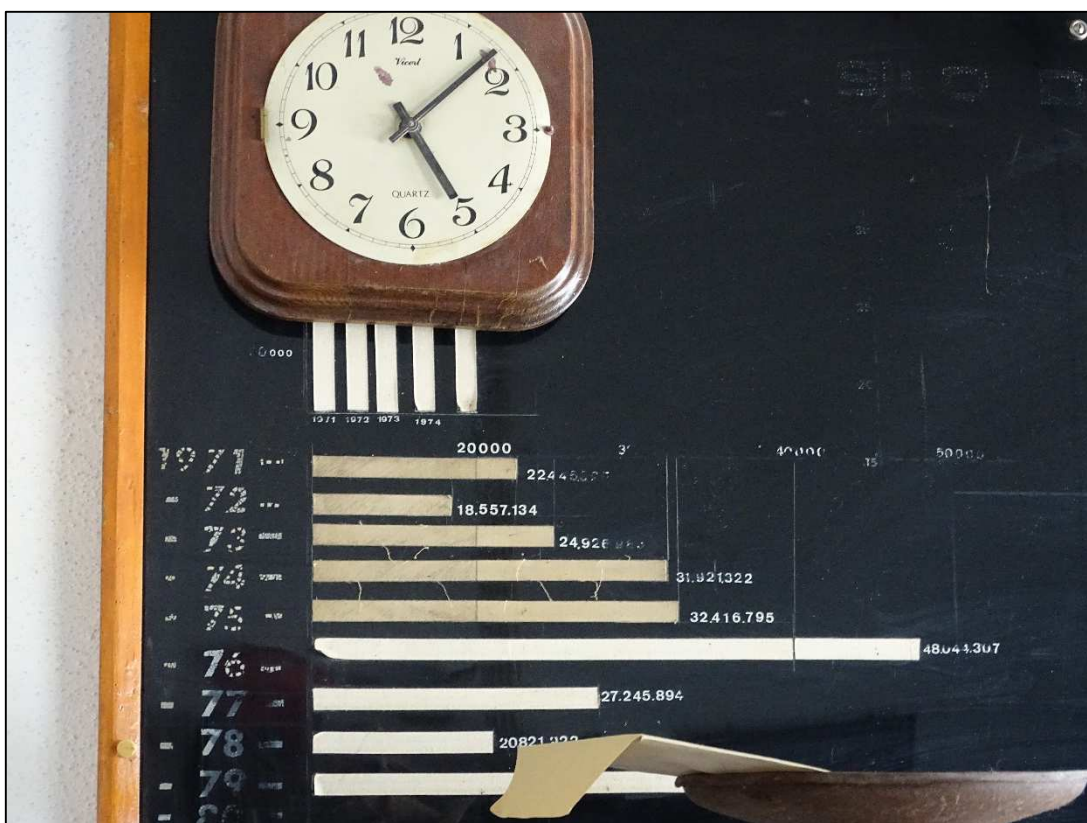


Figura 13 - Percentagens dos trabalhos realizados pela EPAC durante os anos de funcionamento. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora



Figura 14 - Fotografia dos silos em laboração. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora



Figura 15 - Vista da Estação dos Caminhos de Ferro de Évora, a partir do piso superior dos silos. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora